



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS
CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO CACAU E SISTEMAS AGROFLORESTAIS

MEMÓRIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 20/05/26

HORÁRIO: 09:15- 12:10

LOCAL: Brasília/DF, MAPA-SEDE: Sala de Reuniões da CGAC

Link de Acesso: [70ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau e Sistemas Agroflorestais](#) | [Ingresso na Reunião](#) | [Microsoft Teams](#)

PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura - presidente da Câmara - Guilherme de Castro Moura. (09:15 – 09:25)
2. Avisos da Secretaria - aprovação da memória da 69ª Reunião Ordinária. (09:25 – 09:30)
3. Atualização da Situação da Monília no Brasil - Ricardo Hilman - Coordenador Geral da CGPP/DSV. (09:30 – 10:00)
4. A importância da Biofábrica e os recentes ataques ao equipamento público - Lanns Almeida / Diretor Bahiater (10:00 – 10:30)
5. NT nº 05/2026 da Anvisa - Impactos da medida para a agroindústria do cacau - Maria Luiza - Abicab (10:30 – 11:00)
6. Expocacau 2026 - Vitor Stella - Cocoaaction Brasil (11:00 – 11:30)
7. Status de desenvolvimento do Observatório do Cacau - Ricardo Gomes / Diretor Arapyaú (11:30 – 12:00)
8. Encerramento. (12:00 – 12:10)

OBSERVAÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES DA SECRETARIA DA CÂMARA

O Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau e Sistemas Agroflorestais, **Sr. Guilherme de Castro Moura**, declarou aberta a 70ª Reunião Ordinária, agradecendo a confiança das entidades que apoiaram sua recondução à Presidência da Câmara, bem como ao Ministro da Agricultura e Pecuária, **Carlos Fávaro**, pela nomeação. Ressaltou que a recondução representa maior responsabilidade na condução dos trabalhos e reafirmou o compromisso de exercer uma gestão pautada pelo diálogo, pela construção coletiva e pelo respeito às diferentes posições existentes na cadeia produtiva. Destacou que atua na representação setorial desde 2005 e que o fortalecimento das

políticas públicas depende da participação de todos os segmentos envolvidos, defendendo uma agenda colaborativa, conciliadora e tecnicamente fundamentada, voltada ao desenvolvimento sustentável da cacauicultura brasileira e dos sistemas agroflorestais.

Na sequência, o Secretário da Câmara Setorial, **Rogério Ferreira do Nascimento Paula**, informou que a memória da **69ª Reunião Ordinária**, realizada em 08 de abril de 2026, havia sido previamente disponibilizada aos membros por meio do grupo institucional de WhatsApp e publicada no sítio eletrônico oficial das Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura e Pecuária. Não havendo manifestações ou pedidos de alteração, a memória foi aprovada por unanimidade. O Secretário solicitou, ainda, que todos os participantes procedessem à identificação com nome e entidade representada para fins de registro da reunião, passando-se, em seguida, ao primeiro item da pauta.

3. Atualização da Situação da Monília no Brasil - Ricardo Hilman - Coordenador Geral da CGPP/DSV

O **Dr. Ricardo Hilman**, Coordenador-Geral de Proteção de Plantas do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas – CGPP/DSV/SDA/MAPA, apresentou atualização sobre a situação da monilíase no Brasil, contextualizando a evolução da doença desde sua primeira confirmação no País, ocorrida em 2021, no município de Cruzeiro do Sul (AC). Destacou que, embora todos os países vizinhos produtores de cacau já convivessem com a doença há décadas, o Brasil foi o último grande produtor a registrar sua ocorrência, ressaltando que, passados quase cinco anos, os focos permanecem restritos às áreas sob quarentena, resultado das ações permanentes de vigilância fitossanitária conduzidas pelo MAPA em parceria com os órgãos estaduais de defesa agropecuária.

Apresentou mapa atualizado das áreas sob restrição fitossanitária no Estado do Acre, abrangendo os municípios de Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, informando que, após a confirmação de novo foco neste último município, foram imediatamente executadas medidas de erradicação, incluindo a eliminação de plantas de cupuaçu infectadas, intensificação da vigilância e aplicação dos protocolos previstos no Plano Nacional de Contingência. Informou que o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) destinou recursos financeiros ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF para reforço das ações de monitoramento e contenção da praga.

Em seguida, apresentou a situação da região da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, onde, em 2022, foi identificado foco da doença no município de Tabatinga (AM), ressaltando que as equipes de vigilância permanecem realizando monitoramentos permanentes na região, incluindo ações no município de Benjamin Constant. Explicou que, por se tratar de áreas predominantemente ocupadas por vegetação nativa e comunidades tradicionais, as estratégias de contenção envolvem podas drásticas, eliminação de focos e monitoramento contínuo, observando que a intensa circulação de pessoas constitui atualmente o principal fator de risco para a disseminação da doença.

O Dr. Ricardo informou ainda que, em 2024, foi identificado novo foco no município de Urucurituba (AM), distante aproximadamente 1.300 quilômetros do foco anteriormente registrado em Tabatinga, concluindo, com base nas investigações epidemiológicas, que a introdução da doença decorreu de ação antrópica. Esclareceu que a monilíase produz elevada quantidade de esporos por fruto infectado, sendo o transporte irregular de material vegetal o principal responsável pela dispersão da praga. Destacou que todos os focos identificados até o momento ocorreram em sistemas tradicionais ou áreas de vegetação secundária, não havendo registro de disseminação para os principais polos comerciais de produção de cacau.

Relatou que equipes de vigilância permaneceram por aproximadamente quarenta dias executando os protocolos de contenção em propriedades onde houve confirmação da doença, mesmo diante de dificuldades operacionais e resistência por parte de alguns proprietários. Informou também que recursos adicionais foram repassados à Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF e à Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ para fortalecimento das ações de monitoramento.

Ao concluir sua apresentação, observou que, desde 2024, havia sido previsto por representantes do setor que a doença alcançaria rapidamente os principais estados produtores, cenário que não se concretizou em razão da efetividade das medidas de vigilância adotadas. Ressaltou, entretanto, que o período conquistado pelo serviço oficial deve ser utilizado pelo setor produtivo para ampliar investimentos em pesquisa, desenvolvimento de materiais genéticos resistentes, estratégias de manejo e preparação técnica para eventual convivência futura com a doença, enfatizando que nenhum país produtor conseguiu impedir definitivamente a entrada da monilíase em seu território.

4. A importância da Biofábrica e os recentes ataques ao equipamento público

O Diretor-Presidente da Biofábrica da Bahia, **Dr. Lanns Almeida**, apresentou panorama das atividades desenvolvidas pela instituição, destacando seu papel estratégico na produção de mudas clonais e na difusão de materiais genéticos mais resistentes às principais doenças da cultura do cacau, especialmente monilíase e vassoura-de-bruxa. Informou que a Biofábrica vem passando por processo de modernização após aproximadamente duas décadas de funcionamento, incluindo investimentos em infraestrutura, ampliação das áreas destinadas ao recebimento de novos materiais genéticos e fortalecimento da cooperação técnica com a CEPLAC para implantação de banco de germoplasma.

Durante sua manifestação, relatou que recentemente ocorreram acessos não autorizados às áreas de restrição fitossanitária da instituição, fato que motivou o registro de boletim de ocorrência e a adoção das providências administrativas e jurídicas cabíveis, com orientação da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia. Ressaltou preocupação com a divulgação de informações que, em seu entendimento, não refletem adequadamente a realidade dos procedimentos adotados pela Biofábrica e pelas autoridades fitossanitárias, afirmando que críticas recorrentes ao funcionamento das barreiras sanitárias e ao cumprimento da Instrução Normativa MAPA nº 125, de 30 de julho de 2021, que estabelece as medidas fitossanitárias para prevenção, contenção, supressão e erradicação da Monilíase do Cacaueiro (*Moniliophthora roreri*) geram insegurança e desgaste institucional.

Na sequência, o **Dr. Roberto Carlos**, representante da Associação Nacional dos Produtores de Cacau – ANPC, esclareceu que a entidade não promove ataques ao serviço público, mas exerce o papel de encaminhar denúncias quando identificadas situações que suscitem preocupação entre os produtores. Solicitou esclarecimentos sobre os fatos divulgados, afirmando que eventual confirmação das irregularidades relatadas seria extremamente grave para a cadeia produtiva, ao passo que, caso as denúncias não procedam, seria igualmente importante que a Biofábrica apresentasse informações capazes de tranquilizar o setor.

Em resposta, o Dr. Lanns Almeida reiterou que eventuais denúncias devem seguir os procedimentos legais competentes, cabendo ao denunciante apresentar os elementos comprobatórios que fundamentem as alegações.

O Presidente da Câmara, **Guilherme de Castro Moura**, ressaltou que a Biofábrica representa importante patrimônio estratégico da cacaucultura brasileira e destacou que as entidades representativas possuem o dever de defender os interesses do setor, observando, contudo, que divergências devem ser tratadas mediante diálogo institucional e respeito às instâncias competentes.

Enfatizou que a Câmara não tem a função de arbitrar conflitos individuais, mas sim de promover ambiente democrático, técnico e colaborativo capaz de fortalecer toda a cadeia produtiva.

5. Nota Técnica nº 05/2026 da ANVISA – Impactos para a Agroindústria do Cacau

A **Dra. Maria Luiza**, representante da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas – ABICAB, apresentou os impactos decorrentes da **Nota Técnica nº 05/2026**, publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que passou a orientar as vigilâncias sanitárias estaduais e municipais acerca da utilização de produtos à base de fosfina para controle de artrópodes em unidades de armazenamento de alimentos.

Explicou que, após a publicação da Nota Técnica, diversas indústrias passaram a receber notificações restringindo a utilização da fosfina em seus estabelecimentos, situação que motivou mobilização conjunta dos segmentos produtivos mais afetados, incluindo as cadeias do amendoim, cacau, soja, milho, arroz, trigo e feijão. Ressaltou que a fosfina constitui tecnologia consolidada e essencial para o controle de pragas durante as etapas de armazenamento e pós-colheita, atuando em todas as fases do ciclo biológico dos insetos e sendo aplicada em ambientes segregados, monitorados e submetidos a procedimentos de aeração capazes de assegurar o atendimento aos Limites Máximos de Resíduos estabelecidos pela própria ANVISA e pelo Codex Alimentarius.

Destacou que a **Lei nº 14.785/2023** define o conceito de uso agrícola de forma abrangente, incluindo expressamente as etapas de armazenamento, beneficiamento e pós-colheita, além de observar que as monografias da fosfina e as bulas aprovadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária contemplam essa modalidade de utilização. Alertou que a interpretação restritiva constante da **Nota Técnica nº 05/2026 da ANVISA** poderá gerar impactos sanitários, econômicos e operacionais para diversos segmentos agroindustriais, inexistindo, atualmente, alternativas técnicas equivalentes capazes de substituir a fosfina com a mesma eficiência.

Na sequência, o Coordenador-Geral das Câmaras Setoriais e Temáticas da Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA, Sr. Leandro Lima esclareceu que já está sendo elaborada minuta de ofício conjunto reunindo os argumentos técnicos apresentados pelos diferentes segmentos produtivos, documento que será posteriormente compartilhado com as demais Câmaras Setoriais para recebimento de contribuições específicas. Destacou que o objetivo é consolidar um posicionamento técnico robusto, capaz de subsidiar a atuação do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas – DSV/MAPA nas tratativas junto à ANVISA. Ressaltou, ainda, que quanto maior o número de informações técnicas e de contribuições encaminhadas pelos setores produtivos, maior será a capacidade do Ministério de fundamentar sua interlocução institucional com a Agência.

O Presidente **Guilherme de Castro Moura** manifestou apoio à iniciativa e informou que a Câmara Setorial do Cacau integrará a construção do documento, contribuindo tecnicamente para o fortalecimento da manifestação institucional a ser encaminhada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, em apoio às articulações conduzidas pelo Departamento de Sanidade Vegetal junto à ANVISA.

6. ExpoCacau 2026

O **Dr. Vitor Stella**, representante do **CocoaAction Brasil**, apresentou informações sobre a realização da **ExpoCacau 2026**, programada para ocorrer entre os dias 25 e 27 de agosto de 2026, no Centro de Convenções de Ilhéus, Bahia.

Destacou que o evento representa a evolução do Fórum Anual do Cacau, iniciativa criada em 2018 com o objetivo de promover debates técnicos, científicos e institucionais sobre a cadeia

produtiva, passando, a partir de 2025, a integrar a programação da ExpoCacau. Informou que a edição de 2026 reunirá feira de negócios, exposição de tecnologias, rodadas comerciais, capacitações técnicas, cursos e oficinas voltadas aos produtores, além da realização do 8º Fórum Anual do Cacau e do V Encontro Nacional de Viveiristas de Cacau.

Ressaltou que o evento buscará fomentar a inovação, ampliar a competitividade da cadeia produtiva, promover soluções sustentáveis para aumento da produtividade e fortalecer a integração entre produtores, pesquisadores, instituições públicas e empresas do setor, convidando os membros da Câmara a participarem da programação.

7. Atualização do Observatório do Cacau

O **Dr. Ricardo Gomes**, Diretor do Instituto Arapyáú, apresentou atualização acerca do desenvolvimento do **Observatório do Cacau**, iniciativa concebida a partir de demanda apresentada pela própria Câmara Setorial com o objetivo de consolidar informações estratégicas para subsidiar políticas públicas e decisões do setor.

Informou que a fase inicial do projeto compreendeu entrevistas com representantes da cadeia produtiva, realização de oficinas técnicas e levantamento de mais de trinta bases de dados públicas e privadas. Apresentou as funcionalidades atualmente em desenvolvimento, incluindo página institucional, painel estratégico para cruzamento de áreas aptas ao cultivo, dashboards integrados com dados públicos, identidade visual do projeto e estrutura metodológica para organização das informações.

Demonstrou ainda os avanços relacionados à integração de bases provenientes do IBGE, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Plano Inova Cacau 2030 e demais instituições parceiras, destacando que o Observatório permitirá, futuramente, estimativas de safra, mapeamento de áreas plantadas, painéis municipais de produção, indicadores de custos de produção e monitoramento de políticas públicas, constituindo importante ferramenta de apoio ao planejamento estratégico da cadeia produtiva.

8. Encerramento

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos os participantes, ressaltou a importância das contribuições apresentadas durante a reunião e reiterou o compromisso da Câmara com a construção de soluções técnicas e consensuais para o fortalecimento da cacauicultura brasileira e dos sistemas agroflorestais. Em seguida, declarou encerrada a 70ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau e Sistemas Agroflorestais.

DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA CÂMARA:

Encaminhamentos	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Prazo Esperado
1. Elaborar manifestação institucional conjunta sobre os impactos da Nota Técnica nº 05/2026 da ANVISA relativa ao uso da fosfina. Compartilhar a minuta do ofício conjunto entre as	Câmara Setorial do Cacau e Sistemas Agroflorestais. Posteriormente MAPA – Departament	Consolidar documento técnico com contribuições das Câmaras Setoriais e encaminhá-lo ao MAPA para subsidiar a interlocução com a ANVISA. Analisar a minuta, propor	Presidentes das Câmaras Setoriais participantes, DSV/MAPA e entidades representativas dos setores envolvidos.	Encaminhar à Câmara Setorial de CACAU antes do encaminhamento formal do MAPA à ANVISA.

Câmaras Setoriais para recebimento de contribuições específicas do setor cacauero.	o de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas (DSV)	complementações técnicas e manifestar concordância com o documento final.	Presidente da Câmara, membros da Câmara e Secretaria Executiva.	
--	---	--	---	--

Informa-se que a reunião ordinária foi gravada e arquivada nesta Coordenação-Geral. A presente memória teve como escopo abordar de modo sucinto as apresentações, discussões e deliberações. Os documentos tratados na reunião, que forem disponibilizados pelos palestrantes, serão publicados no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>

APROVAM ESTA MEMÓRIA OS SEGUINTE MEMBROS DA CÂMARA SETORIAL:

Nome	Assinatura
Presidente: Guilherme de Castro Moura	
Secretário: Rogerio Ferreira do Nascimento Paula	
Consultor: Maciel Aleomir da Silva	